

GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

1º TRIMESTRE DE 2016

INSTITUCIONAL	4
1 Objetivo do Relatório	4
2 Principais Destaques.....	4
3 Principais Comitês.....	4
4 Estrutura Organizacional e Políticas	7
5 Definições.....	9
RISCO DE CRÉDITO.....	10
1 Objetivos e políticas de gerenciamento de Riscos de Crédito.....	10
2 Comunicação Interna	12
3 Concessão de Crédito.....	12
4 Exposições Sujeitas ao Risco de Contraparte	13
5 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito	13
6 Classificação do Risco de Crédito – <i>Rating</i>	14
RISCO DE CRÉDITO – DADOS QUANTITATIVOS.....	15
1 Exposição ao Risco de Crédito	15
2 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte	17
3 Mitigadores de Crédito	18
4 Cessões de Crédito.....	18
RISCO OPERACIONAL	19
1 Estrutura de Risco Operacional	20
2 Mensuração do Risco Operacional.....	20
3 PCN – Plano de Continuidade de Negócios	20
RISCO DE MERCADO.....	22
1 Política de <i>Hedge</i>	24
2 <i>Backtesting</i>	25
RISCO DE MERCADO – DADOS QUANTITATIVOS.....	28
1 <i>VaR</i>	28
2 Carteira de Negociação	28

3	Exposição em Instrumentos derivativos.....	28
	RISCO DE LIQUIDEZ	30
	GERENCIAMENTO DE CAPITAL.....	33
	CAPITAL REGULATÓRIO – DADOS QUANTITATIVOS	34
1	Patrimônio de Referência (PR)	34
2	Ativos ponderados pelo Risco (RWA).....	35
3	Suficiência de Capital	36
	RAZÃO DE ALAVANCAGEM.....	37
	BALANÇO PATRIMONIAL	38

INSTITUCIONAL

1 Objetivo do Relatório

A incessante evolução dos mercados, bem como, dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco Fibra, motiva a busca contínua da Instituição pela excelência na gestão e no controle de riscos. Em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente e as recomendações do Pilar III de Basileia que trata da transparência, evidenciamos no presente relatório (norteado pela Circular 3.678/14 – BACEN) a estrutura e a estratégia adotada para a gestão do risco na Instituição.

Entendendo a importância de uma gestão integrada dos riscos e o envolvimento da Alta Administração no processo, periodicamente, são realizados comitês¹ com os principais executivos da Instituição com o objetivo de acompanhar os controles de risco.

Atendendo às requisições da Resolução 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas e a estrutura está evidenciada no presente relatório.

2 Principais Destaques²

2.1 Resultados 2015

A qualidade da nossa carteira de crédito melhorou em 2015. Conseguimos originar operações com melhores garantias e maiores spreads. Mantivemos a exposição máxima por grupo econômico limitada em R\$ 30 milhões o que continuou a reforçar a diversificação saudável da base de clientes.

O patrimônio líquido em Dezembro de 2015 totaliza R\$ 1,015 bilhão, a carteira de crédito expandida fecha o trimestre em R\$ 4,027 bilhões, representando uma retração de 16,93% no ano, refletindo a queda da carteira de varejo de 70,80% no período. A carteira de atacado apresentou uma pequena redução de 7,3%, devido à nossa maior seletividade para a concessão de crédito e à desaceleração da economia. O prejuízo líquido monta a R\$ 63,7 milhões.

2.2 Suporte do Acionista Controlador

O Grupo Vicunha, em sua contínua demonstração de suporte ao Banco Fibra, fez dois novos aportes de capital durante o ano de 2015 em um montante total de R\$ 90 milhões.

¹ Estrutura de Comitês evidenciada em seção específica do relatório.

² Informações disponíveis no "Relatório de Demonstrações Contábeis em 31 de Junho de 2015", disponível no site www.bancofibra.com.br.

2.3 Carteira de Crédito

A redução da carteira de crédito de Atacado em 2015 foi reflexo de um cenário econômico mais difícil e que nos levou a sermos mais seletivos na concessão de crédito.

Nosso foco é atender empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões anuais e Agronegócios. No final do ano a carteira Agro representava mais de um terço da carteira comercial do Atacado.

Também continuamos com a administração ativa dos saldos e da PDD da carteira “legado” do Varejo, reforçando que a carteira “legado” continua a cair e deixará saldos pouco relevantes a partir do final de 2016.

2.4 Captações

Nossa captação findou Dezembro de 2015 em R\$ 4,813 bilhões, sendo R\$ 3,797 bilhões no mercado interno e R\$ 1,016 bilhão no mercado externo. Continuamos com um descasamento positivo entre ativos e passivos, onde os ativos têm prazo médio de 187 dias e os passivos de 330 dias.

Adotamos uma posição muito conservadora com relação à nossa política de liquidez. Nosso caixa livre terminou o ano em volume superior a R\$ 1 bilhão.

Diversificamos as fontes de captação local ao longo do ano: aumentamos o número de acordos com distribuidores para captações em LCAs, LCIs e CDBs e, através destes, foi possível atingir um público de pessoas físicas ao qual não temos acesso direto. Como consequência disso, também conseguimos diminuir o custo da nossa captação e alongar o seu prazo.

3 Principais Comitês

O Banco Fibra, com foco na governança e transparência das decisões, possui uma estrutura de Comitês reunindo os especialistas da Instituição e a Alta Administração para a discussão e deliberação sobre os riscos avaliados, sendo eles provenientes da carteira atual ou de novos produtos, serviços ou clientes.

Os seguintes Comitês assumem posição de destaque na estrutura de gestão de riscos e de gerenciamento de capital da Instituição:

3.1 Comitê de Auditoria

Tem o objetivo de atender aos requerimentos regulatórios e prática de governança conforme definido em política interna. Dentre suas atribuições vale ressaltar a revisão das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas e a formação de base para

discussão com o Conselho de Administração sobre políticas, práticas e procedimentos que estejam sob sua competência.

3.2 Comitê de Ativos e Passivos (ALCO – *Asset and Liability Committe*)

Comitê destinado à discussão das formas de captação de recursos em função de políticas específicas, assim como da estrutura da carteira de crédito e o nível de liquidez com relação a prazos, concentração de vencimentos e políticas de curto e longo prazo. Analisa as movimentações das carteiras de crédito e captação evidenciando a liquidez da Organização onde é demonstrado a estrutura dos ativos e passivos e seus respectivos *gaps*. Sua missão primária é avaliar, acompanhar e aprovar as práticas relativas ao risco devido a eventuais desequilíbrios na estrutura de capital.

3.3 Comitê de Riscos Globais - CRG

Comitê destinado à discussão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, tendo como principais funções:

- Estabelecer as diretrizes gerais sobre o processo de controle de risco de crédito e dos limites operacionais;
- Analisar a necessidade de melhoria ou evolução para promover ajustes na política de gerenciamento do risco de crédito;
- Analisar a qualidade da carteira de créditos, por meio de indicadores de desempenho e as expectativas de perdas e ganhos nas operações de crédito;
- Fazer a avaliação da estratégia operacional das Áreas de Crédito e Comercial, podendo aprovar ou não a manutenção das posições em caso de rompimento dos limites operacionais.

3.4 Comitê de Produtos

Delibera sobre o desenvolvimento de novos produtos e sobre a manutenção dos já existentes. A participação das áreas de controle de riscos possibilita a realização de mapeamento prévio dos riscos de novos produtos, bem como, sua correta apuração.

3.5 Comitê de Crédito

Tem a responsabilidade de analisar propostas para limites de crédito, operações, *prospects*, além de revisar as políticas de crédito em vigor. Reúne-se semanalmente, podendo também ser convocado sob demanda.

4 Estrutura Organizacional e Políticas

As diretrizes e os princípios que norteiam a gestão de riscos e o gerenciamento de capital são documentados internamente, assim como, os procedimentos e processos por meio dos quais concretizam-se tais políticas são descritos em documentos específicos.

A estrutura interna das normas é composta por diferentes níveis de detalhamento, direcionados para os públicos alvos específicos, conforme hierarquia determinada internamente.

Os processos e controles buscam, ainda, garantir a aderência à regulamentação vigente, a adoção de melhores práticas de documentação no mercado, baseando-se em *benchmarking* nacional e internacional mantendo a aderência à continuidade de negócios da Instituição.

As normas e políticas internas são revisadas anual ou tempestivamente e são aprovadas pela Alta Administração, ressaltando, assim, a importância da governança na Instituição. Destacam-se os documentos referentes a:

- Gerenciamento de Risco de Crédito;
- Gerenciamento de Risco de Mercado;
- Gerenciamento de Riscos Operacionais;
- Gerenciamento de Capital;
- Contingência de Liquidez;
- Plano de Continuidade de Negócios.

4.1 Controle de Riscos

A estrutura de gestão de riscos está organizada sob a Diretoria de Riscos, Operações e TI, sendo representada por uma unidade de Controle de Riscos, abrangendo a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, além da unidade de Risco Operacional.

A Figura 1 ilustra a estrutura organizacional envolvida na gestão de riscos do Banco Fibra.



Figura 1: Estrutura Organizacional - Gestão de Riscos

4.2 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital, implantada na Instituição em 2012, atualmente está centralizada na área de Controle de Riscos, porém suas atividades estão relacionadas à estrutura de gestão de riscos descrita acima. A fim de reforçar a governança, as políticas e estratégias relacionadas ao gerenciamento de capital devem ser aprovadas anualmente pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

Define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.



Figura 2 Estrutura Organizacional - Gerenciamento de Capital

5 Definições

5.1 Patrimônio de Referência (PR)

É a medida de capital regulamentar (apurado de acordo com as regras contidas na Resolução 4.192/13) utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5.2 Ativos ponderados pelo Risco (RWA)

As instituições financeiras devem manter valor de Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, conforme determinado pela Resolução 4.192/13 do Banco Central do Brasil. O valor do PR deve ser no mínimo igual ao valor do RWA que, por sua vez, é apurado com base, no mínimo, na soma das parcelas de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.

5.3 Capital mínimo regulatório

Capital mínimo a ser mantido pela Instituição conforme as regras de cálculo estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Estabelece a relação entre o PR e o RWA.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da Instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricas dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

1 Objetivos e políticas de gerenciamento de Riscos de Crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é formada pelo conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas sistêmicas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito.

1.1 Princípios

O gerenciamento de risco de crédito, entendido como o resultado da gestão e do controle do risco de crédito, tem sua estrutura norteada pelas seguintes diretrizes:

- I. Os princípios definidos pela política de gestão do risco de crédito objetivam garantir uniformidade nas decisões e aprimorar de forma contínua a gestão e o controle do risco de crédito, elevando os padrões de qualidade dos ativos e do resultado, sendo aplicada a todos os negócios que envolvam risco de crédito no Conglomerado;
- II. A função “controle de risco de crédito” é segregada e independente das funções “negócio” e “crédito”;
- III. O gerenciamento de risco de crédito contempla a minimização de perdas, a tomada de decisão de provisionamento e alocação de capital, o cumprimento da legislação e das normas internas, além da avaliação de cenários e o acionamento de planos de contingência;

- IV. A análise de risco e a devida aprovação em fórum pertinente, conforme definido em normas internas, é anterior à criação ou à revitalização de produtos que envolvam risco de crédito;
- V. Na composição da carteira de crédito é considerado o retorno ajustado ao risco, assim como os limites máximos de concentração e as restrições à concessão, conforme descritos em política específica de crédito;
- VI. Todos os procedimentos, metodologias e ferramentas sistêmicas, com o objetivo de viabilizar a gestão e o controle de risco de crédito, são documentadas e revisadas anualmente, sendo validados pelas áreas responsáveis;

1.2 Procedimentos de controle de risco de crédito

- I. Na avaliação de operações sujeitas a risco de crédito, são considerados os efeitos de concentração, de perspectivas macroeconômicas e de produtos, bem como a retenção de riscos, quando envolver venda ou transferência de ativos financeiros;
- II. Adequada mensuração do risco de crédito de derivativos e demais instrumentos financeiros complexos, a suficiência quantitativa e qualitativa de metodologias compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos e serviços;
- III. Avaliação periódica do grau de suficiência de garantias, indicação prévia e prevenção da deterioração da qualidade daquelas, além de emissão de relatórios gerenciais periódicos para todo o corpo gerencial e diretivo, acerca do desempenho dos procedimentos e estratégias adotados.

1.3 Metodologias de controle de risco de crédito

- I. Os cálculos, estimativas e outros resultados de suas aplicações, são baseados em critérios robustos, replicáveis e aderentes à realidade das operações de crédito consideradas individualmente ou de forma agregada;
- II. As simulações de estresse devem englobar ciclos econômicos, alterações de condições e quebra de premissas de mercado e liquidez;
- III. As ferramentas sistêmicas de gestão e controle de risco de crédito devem garantir a minimização do risco operacional, a eficiência e a eficácia das atividades de gerenciamento de risco de crédito, devendo ser aprimoradas continuamente;

2 Comunicação Interna

2.1 Controle do risco de crédito

- I. O monitoramento da carteira e suas posições financeiras são disponibilizados à Alta Administração por meio de relatórios gerados pela Área de Controle de Risco de Crédito.
- II. Todos os procedimentos, metodologias e ferramentas sistêmicas utilizados para viabilizar a gestão e o controle de risco de crédito são documentados e revisados anualmente, e validados pelas áreas responsáveis, propiciando o contínuo aprimoramento.

2.2 Extrapolação de limites

- I. Os limites máximos de exposição são apresentados mensalmente no Comitê de Riscos Globais. Caso algum parâmetro atinja o limite proposto, faz-se necessária a definição de plano de ação para o reenquadramento pelas áreas de Crédito e Comercial.
- II. A Área de Risco de Crédito é responsável por acompanhar o status do plano de ação aprovado, observando os critérios e prazos estabelecidos até o seu reenquadramento.

3 Concessão de Crédito

Os processos relacionados à concessão de crédito estão sob a responsabilidade da Diretoria de Crédito, unidade segregada e independente das unidades de Controle de Riscos e de Negócios.

Dentre os princípios e diretrizes que norteiam os processos de concessão de crédito destacam-se:

- I. Qualquer operação que implique em assumir risco de crédito demanda análise prévia do cliente e/ou carteira do cliente, e/ou grupo econômico, estabelecimento de limite de crédito e classificação de risco do cliente;
- II. Na análise de clientes pertencentes a grupo econômico, serão sempre avaliados os dados de forma consolidada;
- III. As garantias são consideradas como instrumentos adicionais para mitigar risco de crédito, sendo obrigatórias nas operações de maior risco;
- IV. As decisões que envolvem risco de crédito são tomadas em Comitê e obedecem a uma estrutura de alçadas de aprovação;

- V. Todas as informações necessárias ao entendimento completo do risco de crédito envolvido nas operações, assim como das decisões tomadas, são documentadas e acessíveis aos envolvidos no processo de concessão, análise, classificação e gestão do crédito;

4 Exposições Sujeitas ao Risco de Contraparte

Dentre os princípios e diretrizes que norteiam os processos de concessão de crédito destacam-se:

- I. A exposição de crédito é limitada a percentuais máximos de comprometimento do PR e a participação em relação a carteira de crédito. Esses limites seguem determinações regulatórias (Resolução 2.844/01 – BACEN) e critérios internos pré-estabelecidos e aprovados pela Alta Administração;
- II. As decisões que envolvem risco de crédito são tomadas em comitê, exceto em casos de pequeno valor, cuja delegação de competência é dada pelo Comitê de Crédito, conforme definido nos normativos internos;

5 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

As garantias outorgadas em favor do Banco têm como finalidade a mitigação do risco de crédito referente às operações financeiras realizadas com os clientes.

A análise desses instrumentos mitigadores de risco de crédito é realizada simultaneamente pelas áreas de concessão e jurídica e baseia-se na possibilidade contratual e regulamentar de recebê-lo em garantia em caso de inadimplência, bem como seu objeto e condições principais, tais como preço, prazo de pagamento, causas de rescisão contratual, eventuais deduções e vedações.

As garantias utilizadas como mitigadores de risco para fins de Basiléia devem:

- I. Ser mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- II. Ter por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- III. Estar sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária;
- IV. Estar imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

A análise da suficiência da garantia é realizada periodicamente pelas áreas de Controle de Garantias e Monitoramento e Administração de Crédito, a fim de manter os níveis de cobertura adequados ao apetite ao risco da instituição.

6 Classificação do Risco de Crédito – *Rating*

Entende-se por *Rating*, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do *rating* do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições atuais de pagamento de cada tomador e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o *rating* de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

Os critérios de provisionamento seguem as regras regulatórias definidas na Resolução 2.682/99 – BACEN, conforme tabela a seguir:

Rating Interno	Rating BACEN (Resolução 2.682)	Provisão
1+	AA	0,00%
1		
2+	A	0,50%
2		
3+	B	1,00%
3		
4+		
4		
5+	C	3,00%
5		
6+		
6		
7+	D	10,00%
7		
8	E	30,00%
9	F	50,00%
10	G	70,00%
11	H	100,00%
12		

Tabela 1: Equivalência *Rating* Banco Fibra e Regulatório

RISCO DE CRÉDITO – DADOS QUANTITATIVOS

1 Exposição ao Risco de Crédito

1.1 Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Exposição	3.682.437	4.027.460	3.854.279
Exposição Média	3.832.338	3.853.064	3.939.591

Tabela 2: Valor da Exposição das operações sujeitas a risco de crédito

1.2 Exposições por modalidade de crédito

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Capital de Giro	2.085.936	2.431.307	2.250.479
Fianças Prestadas	640.553	640.703	688.095
Outros	430.019	356.723	182.548
Comercialização - Agricultura	179.458	256.967	243.108
Varejo	175.393	215.961	308.225
Importação e Exportação	107.867	62.465	100.443
Duplicatas e Cheques	34.712	19.189	12.377
Mercado Externo	21.019	34.064	54.832
BNDES / FINAME	7.482	10.082	14.171
Total	3.682.437	4.027.460	3.854.279

Tabela 3: Detalhamento por modalidade da Exposição das operações sujeitas a risco de crédito

1.3 Exposições dos maiores clientes em relação ao total das Operações com característica de concessão de crédito.

A concentração é monitorada por meio de relatório específico e reportado à Alta Administração, abaixo segue a distribuição das 10 e 50 maiores exposições, respectivamente.

Concentração	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
10 Maiores Devedores	15,1%	13,6%	12,8%
20 Maiores Devedores	24,4%	21,0%	21,7%
50 Maiores Devedores	41,0%	36,1%	39,0%
100 Maiores Devedores	59,4%	52,2%	59,4%

Tabela 4: Concentração em Grupos Econômicos

1.4 Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado nas seguintes faixas:

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Atraso até 60 dias	195.768	124.090	125.985
Atraso de 61 a 90 dias	69.815	30.749	27.600
Atraso de 91 a 180 dias	81.965	62.545	50.473
Atraso acima de 180 dias	83.470	110.615	140.715

Tabela 5: Operações em atraso – excluídas as baixadas p/ prejuízo – Conforme Conceito Banco Central do Brasil.

1.5 Fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre.

Conglomerado Financeiro		
MAR/16	DEZ/15	SET/15
52.617	56.385	104.269

Tabela 6: Baixas para Prejuízo (R\$ Mil)

1.6 Montante de provisões para perdas relativas às exposições

Conglomerado Financeiro		
MAR/16	DEZ/15	SET/15
27.560	2.642	27.497

Tabela 7: Provisões (R\$ Mil)

1.7 FPR de acordo com a Circular nº 3.644, de 2013

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
FPR de 20%	105.370	177.830	168.345
FPR de 50%	235.706	222.502	224.482
FPR de 75%	301.543	289.842	283.142
FPR de 85%	1.458.625	1.282.002	1.266.878
FPR de 100%	1.581.192	2.055.284	1.911.433
Total	3.682.437	4.027.460	3.854.279

Tabela 8: Exposições por FPR

1.8 Setores Econômicos

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Indústria	1.415.917	1.079.920	1.107.296
Comércio	621.305	735.748	556.804
Habitação	274.859	302.033	246.741
Serviços	338.548	528.779	551.502
Intermediários Financeiros	277.711	426.944	392.980
Rurais	129.474	306.070	166.422
Setor Público	14.048	15.075	15.089
Pessoas Físicas	610.575	632.891	817.445
Total	3.682.437	4.027.460	3.854.279

Tabela 9: Exposições por Setor Econômico

2 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

2.1 Valores relativos a contratos nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação como contraparte central;

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Contratos que a câmara atue como Contraparte Central	5.406.537	5.327.896	4.481.450

Tabela 10: Contratos que a câmara não atue como Contraparte

- 2.2 Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas.

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Contratos que a câmara não atue como Contraparte Central	739.783	899.927	837.114

Tabela 11: Contratos que a câmara atue como Contraparte

3 Mitigadores de Crédito

3.1 Garantias Líquidas

Conglomerado Financeiro		
MAR/16	DEZ/15	SET/15
78.270	83.958	92.121

Tabela 12: Posição de Garantias Líquidas (R\$ Mil)

4 Cessões de Crédito

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento.

A tabela a seguir indica os valores referentes às operações de cessões de crédito da Instituição.

Conglomerado Financeiro		
MAR/16	DEZ/15	SET/15
1.596	3.205	22.284

Tabela 13: Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios (R\$ Mil)

RISCO OPERACIONAL

O Banco Fibra define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem, e os riscos estratégicos ou de negócios.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

No gerenciamento do Risco Operacional o Banco Fibra adota as oito categorias de eventos de risco do descritas na Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional:

CATEGORIAS	
I.	Fraude Interna
II.	Fraude Externa
III.	Demandas Trabalhistas
IV.	Práticas inadequadas
V.	Danos a ativos físicos
VI.	Interrupção das atividades
VII.	Falhas em sistemas de TI
VIII.	Falha na execução das atividades

Adicionalmente às oito categorias de eventos de risco operacional mencionadas acima, são adotadas subcategorias de eventos e tipos de risco, para propiciar uma avaliação mais precisa dos riscos operacionais identificados no Conglomerado, conforme segue:

1 Estrutura de Risco Operacional

Na estrutura da Diretoria de Riscos, Operações e TI, está inserida a Superintendência de Segurança da Informação, Controles Internos e Risco Operacional que dentre suas responsabilidades, inclui garantir que as diretrizes e responsabilidades do Gerenciamento de Risco Operacional sejam cumpridas. A estrutura responsável pelo Risco Operacional do Banco Fibra é ilustrada a seguir:



Figura 3: Organograma de Risco Operacional

Todos os assuntos relacionados a Risco Operacional são acompanhados periodicamente pelos fóruns de governança, incluído o Comitê de Riscos Globais..

2 Mensuração do Risco Operacional

O Banco emprega o modelo de alocação de capital denominada “Abordagem Alternativa Padronizada” definida pela Circular 3.640/13 do BACEN.

3 PCN – Plano de Continuidade de Negócios

O Plano de Continuidade utiliza uma abordagem de equipe para resposta às emergências e interrupções. Cada equipe possui responsabilidades específicas que permitem a comunicação durante a eventual interrupção do negócio. O propósito do modelo de equipe é

coordenar as atividades centrais relacionadas à recuperação das funções críticas e entrega dos produtos e serviços relacionados.

A estrutura adotada no modelo está relacionada à utilização de recursos para apoiar as atividades de continuidade de negócios. As áreas de negócios são as proprietárias dos procedimentos de recuperação e dos benefícios ou riscos associados a eles. As deliberações para o PCN são feitas em comitês tempestivos de acordo com a necessidade da Instituição.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estratégia para gestão e controle do risco de mercado do Banco Fibra é guiada por diretrizes qualitativas e quantitativas, sendo elas:

- I. Qualitativas: baseiam-se em premissas que suportam o estabelecimento dos objetivos quantitativos;
- II. Quantitativas: estabelecem os instrumentos de controle da carteira sob o foco do risco de mercado, apontando as ações e responsabilidades atreladas à extrapolação de cada um dos limites.

Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade às diretrizes supracitadas são:

- I. Relatórios gerenciais enviados diariamente à Alta Administração (mapas com análise de risco, de resultado e de volume): evidência da compatibilidade entre a posição e a exposição a risco decorrente devido à diferença de prazos, moedas e indexadores existentes nas carteiras da Instituição;
- II. Reuniões do Comitê de Riscos Globais – Risco de Mercado: discussão das estratégias de curtíssimo prazo à luz dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco da carteira dentro dos limites estabelecidos, além de definição das posições a serem incluídas na carteira de negociação;
- III. Reuniões do ALCO: discussão das políticas e formas de captação de recursos em função das políticas de alocação, assim como a estrutura da carteira de crédito e o nível de liquidez com relação a prazos, concentração de vencimentos e políticas de curto e longo prazo;
- IV. Reuniões do Comitê Executivo e do Conselho de Administração: aprovação e revisão, com periodicidade mínima de 01 (um) ano, das políticas e das estratégias para gerenciamento de risco de mercado;
- V. Reuniões do Comitê de Produtos: aprovação de novos produtos, onde a Gerência de Controle de Riscos identifica previamente riscos de mercado inerentes à operação.

Estrutura e Gestão

A estrutura de gestão e controle de risco de mercado é baseada no monitoramento de medidas de volume (financeiro aplicado), risco e resultado, de acordo com cada carteira avaliada, como segue abaixo:

- I. Carteira *Trading* (inclui Livro de Opções);
- II. Livro de Opções;
- III. Carteira *Banking*;
- IV. Carteira Total (*Banking* + *Trading*)

Os limites são estabelecidos por carteira, *Trading* (negociação) e *Banking* (não negociação), e determinados conforme o racional interno do Banco Fibra, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

A carteira de negociação consiste de todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, incluindo derivativos, detidas com intenção de negociação. Os critérios de inclusão de operações na carteira de negociação são definidos com base nas estratégias de negociação e *hedge*.

O processo de mensuração do risco de taxas de juros para a carteira de não negociação é baseado na metodologia do *EVE* (*Economic Value of Equity*).

O *EVE* consiste na mensuração do impacto no valor presente do *portfólio* considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas. Estes choques são obtidos a partir de cenários de *stress* elaborados pelas áreas de Risco de Mercado e de *Research*.

Ao contrário da Carteira de Negociação, que por definição possui posições direcionais com negociação ativa e frequente, a Carteira de Não Negociação tem como principal função o gerenciamento de ativos e passivos, atividade que possui comportamento linear e cujo risco não seria capturado adequadamente por medidas como o *VaR* (*Value at Risk*).

Os cenários de *stress* utilizados para cálculo do *EVE* levam em consideração um *holding period* de 10 dias, período em que se assume que todos os riscos provenientes das posições da carteira podem ser eliminados no mercado. Para a carteira de não negociação, o *holding period* considerado é de 01 dia.

O Banco Fibra utiliza um cenário híbrido para o cálculo do *EVE* e do *stress test* para carteira Total e de não negociação. A metodologia consiste em se obter o pior caso entre o cenário prospectivo elaborado pela área de *Research* e o cenário histórico apurado pela área de Risco de Mercado. O cenário histórico elaborado pela área de Risco de Mercado utiliza um período histórico de 05 anos e um intervalo de confiança de 99% e 1% para retornos negativos e positivos.

O CPV (Concentração por Vértice) utiliza a mesma metodologia de cenários adotados no *stress test* e tem como objetivo monitorar a distribuição dos valores de perda em cada um dos vértices adotados.

A área de Risco de Mercado é a unidade específica e especializada na Instituição para a atividade de controle de risco de mercado, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Comunicação Interna

Os limites são monitorados diariamente e suas utilizações, assim como os mapas das posições financeiras das carteiras, são disponibilizadas em relatório pela Superintendência de Controle de Riscos.

Em situações de extrapolação de limite e caso não haja manifestação formal da respectiva alçada em relação às ações tomadas, a Gerência de Controle de Riscos solicita esclarecimentos de acordo com as respectivas alçadas, que devem ser fornecidos formalmente com o plano de ação e prazos para o reenquadramento. Nestas situações de extrapolação de limites há um acompanhamento específico pela Gerência de Controle de Riscos, observando o plano de ação e os prazos estabelecidos até o seu reenquadramento.

O Comitê de Risco de Mercado (CRG) ocupa uma posição de destaque dentro da estrutura de gestão e controle do risco de mercado, podendo ser convocado na data de uma ocorrência que requeira sua atuação. O Comitê faz a avaliação da estratégia operacional da Tesouraria e pode aprovar ou não a manutenção das posições em caso de rompimento de limites.

Os sistemas que suportam os processos de controle são testados pelo menos anualmente, sendo objeto de contínuo aprimoramento, conforme liberação de novas versões pela empresa fornecedora. Estes permitem não só o controle gerencial das posições, mas o cálculo das parcelas de exposição relacionadas aos diversos componentes de risco de mercado, conforme legislação vigente.

1 Política de Hedge

“Hedge” é a designação de um ou mais instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, registrado contabilmente ou não, ou ainda grupos ou partes desses itens com características similares e cuja resposta ao risco objeto de “hedge” ocorra de modo semelhante.

O Banco Fibra considera três tipos de estratégia de uso de derivativos possíveis: (a) alavancagem ou proteção de posição própria, (b) “hedge accounting” e (c) “hedge” fiscal / capital:

a) Alavancagem ou proteção de posição própria, que é utilizada para posicionamento da Tesouraria materializado na carteira “*Trading*”, conforme descrito no Normativo Interno de Risco de Mercado;

b) *Hedge Accounting* é o conjunto de procedimentos específicos para contabilização de operações de “*hedge*”, regulados pela Circ. 3.082/02;

c) “*Hedge*” de Capital é a operação realizada para anular a variação cambial de valores aplicados em investimento no exterior; “*Hedge*” Fiscal é a operação realizada para anular o efeito fiscal da não tributação do IR/CS sobre a variação cambial dos investimentos realizados no exterior.

O Banco Fibra possui normativos e manuais internos que detalham como deve ser o tratamento das operações designadas como *Hedge* e quais são as metodologias utilizadas para a apuração da efetividade de cada operação de *Hedge*.

O Comitê Executivo é responsável pela aprovação da estratégia de “*Hedge*” fiscal, enquanto o Comitê de Riscos Globais monitora e aprova os ajustes propostos à estrutura de “*Hedge*” de capital.

1.1 Teste de Efetividade

Como citado anteriormente, os procedimentos que visam comprovar a efetividade do “*Hedge*” desde a concepção e no decorrer da operação, estão descritos em normativos internos do Banco Fibra.

O cálculo da efetividade do “*Hedge*” garante que as variações no valor a mercado ou no fluxo de caixa dos instrumentos de “*Hedge*” compensem as variações no valor a mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “*Hedge*”.

2 *Backtesting*

Para validar a eficiência dos modelos internos adotados no monitoramento da perda potencial da instituição (*VaR* – Valor em Risco ou *Value at Risk*), realiza-se o *Backtesting*. Partindo da premissa que o *VaR*, dado um intervalo de confiança, mensura qual seria a máxima perda esperada para o dia seguinte, este processo consiste em comparar perdas e ganhos diários com os valores apurados do *VaR*.

Para comprovar a aderência do modelo de mensuração de risco, o número de extrapolações do resultado deve ser compatível com o intervalo de confiança (IC) adotado pelo modelo, ou seja, para um *VaR* com IC de 99%, espera-se que em 1% dos dias de um certo período, a perda ou ganho seja superior ao *VaR*.

Quando esta compatibilidade é comprovada, não existem indícios por parte do *backtesting* que sinalizem problemas na apuração do risco pelos modelos/parâmetros utilizados. Porém, quando as perdas e ganhos reais da instituição não são condizentes com a medida de risco esperada, uma análise mais detalhada se torna necessária, que ocorre através da reavaliação das premissas adotadas no modelo, dos parâmetros utilizados pelo VaR assim como análise dos movimentos de mercado e verificação do resultado apurado.

O Banco Fibra além de seguir as melhores práticas observadas no mercado, adota como base as metodologias estabelecidas pelo BACEN por meio de seus normativos e também as recomendações do Comitê de Basiléia.

As apurações do VaR e do resultado são realizadas diariamente, sendo que a periodicidade de análise do *backtesting* é semanal. O Banco Fibra possui ferramentas que permitem que o cálculo do VaR seja realizado sob diversos intervalos de confiança e para diversos períodos de observação. Isto se torna útil para avaliar a confiabilidade do modelo quanto a características específicas de certos períodos históricos e sua estabilidade sobre diferentes IC's.

Para um maior detalhamento da aderência do modelo, o *backtesting* também é realizado de forma segmentada, onde é possível efetuar análise individual por produto. Neste caso, são considerados os produtos com maior representatividade em resultado e risco.

Uma consideração a ser realizada em relação ao *backtesting*, refere-se ao fato do VaR ser calculado utilizando uma base estática (portfólio de fechamento da instituição) e volatilidade histórica (onde a data da última observação é a mesma do portfólio utilizado). Em contraparte, o resultado efetivo da instituição contém perdas e ganhos decorrentes de posições *intraday*. (geradas durante o próprio dia).

Isto torna questionável a comparação do resultado efetivo de D+1 com o VaR de D0, já que não se trata exatamente do mesmo portfólio e das mesmas movimentações de mercado. Por este motivo, faz-se necessária também a apuração de um resultado hipotético, ou seja, um resultado livre das posições assumidas durante o dia (*intraday*), de tarifas e de corretagem, que contemple somente as posições de fechamento do dia anterior.

Desta forma, são realizadas duas apurações de resultado para confecção do relatório de *backtesting*, sendo elas:

- **Resultado Hipotético:** corresponde à aplicação das variações de preços de mercado de um dia à carteira do final do dia útil anterior, não considerando as operações realizadas durante o mesmo dia (*intraday*).

- **Resultado Efetivo:** corresponde à aplicação das variações de preços de mercado de um dia à carteira do final do dia útil anterior, incluindo as operações realizadas durante o mesmo dia (*intraday*).

RISCO DE MERCADO – DADOS QUANTITATIVOS

1 VaR

VaR da carteira de Negociação do Banco Fibra, considerando um intervalo de confiança de 99% e uma amostra de 120 dias.

R\$ Mil	MAR'16	DEZ'15	SET'15
Prefixado	48,47	10,35	169,57
Variação Cambial	456,54	422,52	1686,24
Selic/IPCA	297,13	379,10	118,70
Outros	658,94	146,71	643,72
Efeito de diversificação	-511,85	-216,38	-715,26
VaR Trading	949,24	742,31	1.902,97

Tabela 14: VaR Trading

2 Carteira de Negociação

2.1 Exposição Financeira – Carteira de Negociação

Exposições financeiras na carteira de negociação, segmentadas nos fatores de risco.

Fator de Risco	Cupom		Pré	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
mar/16	270.832.028	-884.810.496	914.254.118	-175.676.408
dez/15	426.873.341	-962.396.596	756.117.301	-275.526.929
set/15	292.460.506	-637.944.619	529.267.459	-348.425.411

Tabela 15: Exposição – Carteira Trading

3 Exposição em Instrumentos derivativos

Exposições em instrumentos derivativos realizados no Brasil, segmentadas nos fatores de risco mais relevantes para o Banco Fibra (Pré e Cupom) e segregadas entre posições compradas e vendidas.

mar-16

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	227.786.840,45	-156.681.175,82
	Bolsa	686.467.277,50	-18.995.231,70
	Total	914.254.117,95	-175.676.407,52
Cupom Cambial	Balcão	138.385.797,79	-244.279.158,50
	Bolsa	132.446.230,25	-640.531.337,05
	Total	270.832.028,04	-884.810.495,55

dez-15

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	603.389.038,73	-196.837.499,42
	Bolsa	152.728.262,05	-78.689.429,14
	Total	756.117.300,78	-275.526.928,56
Cupom Cambial	Balcão	200.488.274,35	-692.780.358,68
	Bolsa	226.385.066,82	-269.616.237,00
	Total	426.873.341,17	-962.396.595,68

set-15

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	234.353.319,13	-186.025.125,02
	Bolsa	294.914.139,41	-162.400.285,75
	Total	529.267.458,54	-348.425.410,77
Cupom Cambial	Balcão	214.866.176,80	-226.348.803,73
	Bolsa	77.594.328,75	-411.595.815,45
	Total	292.460.505,55	-637.944.619,18

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez é a capacidade de converter ativos em moeda corrente ou em investimentos de liquidez imediata sem incorrer em perdas significativas ou em perdas não materiais (*Downes*, 1993). Desta forma, risco de liquidez está relacionado com o equilíbrio entre os ativos e passivos da instituição em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que os mesmos sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da instituição.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez desta. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da instituição quanto fatores externos. O controle do risco de liquidez no Banco Fibra é realizado pela Área de Risco de Mercado e Liquidez e pelo ALCO, através de ferramentas como (I) Plano de Contingência de Risco de Liquidez; (II) RML (Reserva Mínima de Liquidez); (III) controle de esgotamento do caixa; (IV) avaliação diária das operações com prazo inferior a noventa dias e, (V) aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco. Além disso, a Área de Risco de Mercado e Liquidez realiza um acompanhamento específico para derivativos, onde são observadas diariamente as condições de liquidez dos contratos em carteira.

I. Plano de Contingência de Risco de Liquidez

Estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como modelo de monitoramento e revisão dos planos. O Banco Fibra conta com um Normativo Interno para o Plano de Contingência de Risco de Liquidez.

II. RML (Reserva Mínima de Liquidez)

O RML consiste no acompanhamento diário do caixa que conforme o Plano de Contingência de Risco de Liquidez é o nível de conforto do Caixa definido pelo ALCO em função do Patrimônio Líquido.

III. Controle de Esgotamento do Caixa

O esgotamento do Caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo do vencimento das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo sendo realizado diariamente pela Área de Risco de Mercado e Liquidez e também apresentado mensalmente ao ALCO.

IV. Avaliação diária das operações e aplicação de cenários

Utilizando o controle de esgotamento do caixa, alinhado com os requisitos da Resolução BACEN 4.090/12, diariamente é realizada a avaliação das operações não apenas com vencimentos inferiores a noventa dias, mas também das operações com vencimentos inferiores a um ano e meio. Esta avaliação considera tanto o comportamento da carteira em condições normais frente aos limites do RML como também permite a simulação do comportamento da carteira quando aplicados cenários adversos na liquidez da Instituição. Para avaliar o comportamento da liquidez são aplicados os seguintes cenários: variação no caixa devido a ajuste de derivativos, resgates antecipados, inadimplência, *haircuts* e utilização de conta corrente garantida.

Ajuste de Derivativos

São realizadas simulações de cenários de *stress* para instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição e identificar com tempo hábil, situações que apresentem estes riscos. A simulação do efeito de ajuste de derivativos é realizada porque apesar dos derivativos poderem ser utilizados em uma estrutura que não apresente riscos (ex: DI futuro casado com uma LTN), os instrumentos da estrutura possuem características distintas e, no caso, o derivativo está sujeito aos ajustes de mercado que são pagos diariamente e afetam diretamente o caixa da instituição.

Resgates Antecipados

Análise histórica da carteira de captações, identificando qual o percentual de resgates antecipados dos títulos em carteira. Nos momentos de crise, é comum o aumento de resgates antecipados de aplicações financeiras. Neste caso, o cenário de *stress* aplicado considera que do total de captações que o banco possui, um percentual será resgatado antecipadamente. Vale lembrar que esta análise é válida para os contratos de liquidez diária, já que são os únicos em que o banco é obrigado a antecipar a operação com o cliente.

Inadimplência

Com base em uma observação histórica da inadimplência sofrida pelo Banco é possível construir cenários em que certo percentual dos fluxos a receber é interrompido devido à inadimplência. Isto afeta diretamente o caixa da instituição já que se cria um descompasso entre os ativos e os passivos em carteira.

Haircuts

É um percentual subtraído ao valor nominal de um ativo que esteja sendo utilizado como garantia. A dimensão do "*haircut*" reflete a percepção de risco associado à qualidade do ativo.

Conta Corrente Garantida

Conta corrente garantida é um produto oferecido pelo banco que consiste em uma linha de crédito rotativa com limite pré-aprovado. Devido ao processo operacional simplificado em que os recursos são liberados diretamente na conta corrente do cliente, este produto pode acarretar um significativo desencaixe financeiro. A aplicação de cenários neste caso considera um percentual obtido a partir de uma série histórica de utilização do limite pré-aprovado. Este percentual é aplicado no montante do limite disponível na data de apuração.

Controle de Derivativos

Adicionalmente aos controles citados acima em relação ao ajuste de derivativos, também é realizado o controle de liquidez dos contratos em carteira. Este controle visa identificar qual o período necessário para que o risco das posições assumidas em derivativos seja zerado no mercado. Como a análise trata do risco e não somente da quantidade de contratos em carteira, também são utilizados contratos com vencimentos adjacentes ao produto em questão. Para o cálculo do *holding period* é considerada a possibilidade de se sair da posição sem afetar o mercado, para isto é utilizado 10% do volume total negociado no dia. Estas informações são enviadas diariamente a Alta Administração e Tesouraria e apresentadas em casos de situações de baixa liquidez mensalmente no ALCO.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Conforme disposto na Resolução 3.988/11 do BACEN, o gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, assim como a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos a que a Instituição está sujeita e também um planejamento de metas de necessidade de capital tendo em vista os objetivos estratégicos da Instituição.

O Banco Central, por meio de regulações específicas, determina um requerimento de capital que se dá primeiramente na forma das parcelas de alocação de capital e, são sintetizadas pelo RWA. Os riscos atualmente cobertos pelo RWA na forma de suas parcelas padronizadas e também a ferramenta/modelo gerencial utilizada pelo Banco para mensurar e controlar estes risco, que por sua vez definem o capital econômico, são:

- Risco de Mercado: exposições sujeitas a variação da taxa de juros prefixadas denominadas em real (RWA_{JUR1}), da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWA_{JUR2}), da taxa dos cupons de taxas de índices de preços (RWA_{JUR3}) e da taxa dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4}); risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos passivos sujeitos à variação cambial (RWA_{CAM}); exposições sujeitas à variação do preço de ações (RWA_{ACS}) e exposições sujeitas à variação dos preços das *commodities* (RWA_{COM}).
- Risco de Crédito: exposições dos ativos ponderados pelos fatores de risco (RWA_{CPAD}).
- Risco Operacional: parcela referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}).

CAPITAL REGULATÓRIO – DADOS QUANTITATIVOS

1 Patrimônio de Referência (PR)

1.1 Metodologia adotada para avaliar a adequação do PR

A metodologia adotada segue determinação publicada pelo BACEN na Res 4.193/13.

$$PR = PR \text{ Nível I} + PR \text{ Nível II} - \text{Deduções Regulatórias}$$

O Patrimônio de Referência é calculado a partir da soma do PR Nível I e PR Nível II, excluindo as Deduções previstas na Resolução 4.192/13.

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Patrimônio Referência	587.715	649.426	509.861
Patrimônio Referência Nível I	587.715	649.426	422.547
Patrimônio Líquido	1.014.167	1.015.202	807.078
Ajustes Prudenciais*	(426.452)	(365.776)	(384.531)
Patrimônio de Referência Nível II	-	-	87.314
Dívidas Subordinadas/Outros	-	-	87.314

* Resolução 4.192/13 - BACEN

Tabela 16: Patrimônio de Referência

2 Ativos ponderados pelo Risco (RWA)

2.1 Valor das parcelas de RWA

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Patrimônio de Referência (PR)	587.715	649.426	509.861
PR I	587.715	649.426	422.547
PR II	-	-	87.314
RWA	4.224.210	4.563.043	4.260.571
Risco de Crédito	3.991.165	4.240.969	3.985.012
FPR de 2%	923	962	731
FPR de 20%	24.580	35.470	48.877
FPR de 50%	162.650	192.815	238.168
FPR de 75%	226.532	218.422	267.749
FPR de 85%	1.264.380	1.097.358	1.107.199
FPR de 100%	2.017.336	2.334.643	2.060.809
FPR de 250%	173.064	178.444	119.953
FPR de 300%	121.700	182.855	141.525
Risco de Mercado	120.642	165.224	118.709
Parcela RWA _{JUR[1]}	13.732	8.645	21.391
Parcela RWA _{JUR[2]}	42.977	102.309	50.145
Parcela RWA _{JUR[3]}	12.365	10.527	19.682
Parcela RWA _{JUR[4]}	-	-	-
Parcela RWA _{ACS}	-	-	-
Parcela RWA _{CAM}	10.880	10.705	17.255
Parcela RWA _{COM}	40.689	33.036	10.236
Risco Operacional	112.403	156.850	156.850
Parcela RWA _{OPAD}	112.403	156.850	156.850

Tabela 17: Ativos ponderados pelo Risco

3 Suficiência de Capital

As instituições financeiras têm que manter Patrimônio de Referência mínimo de 9,875% em relação aos seus ativos ponderados por fator de risco.

Em 31 de MARÇO de 2016, o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	MAR/16	DEZ/15	SET/15
Índices			
Patrimônio Referência (PR)	587.715	649.426	509.861
Patrimônio Referência Nível I	587.715	649.426	422.547
Capital Principal	587.715	649.426	422.547
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	464.663	501.935	468.663
Margem*	123.052	147.492	41.198
Índice de Basileia	13,9%	14,2%	12,0%
Índice de Nível I	13,9%	14,2%	9,9%
Índice de Capital Principal	13,9%	14,2%	9,9%

* Relação entre o PR e PRE

Tabela 18: Índices e Margem

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

As informações apresentadas seguem a metodologia estabelecida pelo BACEN, por meio da Circular 3.748/15.

Em 31 de dezembro de 2015, a Razão de Alavancagem do Banco Fibra atingiu 9,8%.

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem		
R\$ mil	Item	Valor
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	6.773.588
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	5.354
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	1.818
4	Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	44.809
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	200
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	625.534
7	Outros ajustes	-829.716
8	Exposição Total	6.621.587
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	5.567.263
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-366.435
3	Total das exposições contabilizadas no BP	5.200.828
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	96.748
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	46.627
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	143.375
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	651.649
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	200
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	651.849
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	651.674
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-26.140
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	625.534
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	649.426
21	Exposição Total	6.621.587
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	9,8%

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, detalhamento do balanço patrimonial do Banco Fibra S.A e Controladas, denominado Conglomerado Prudencial ¹.

Banco Fibra S.A. e Controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Fibra Prudencial	
	2015	2014
CIRCULANTE	4.354.541	4.891.293
Disponibilidades	61.897	49.209
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	821.660	1.219.878
Aplicações no Mercado Aberto	651.649	1.168.049
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	170.011	51.829
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		
Financeiros Derivativos	622.467	386.713
Carteira Própria	75.497	77.484
Vinculados a Compromissos de Recompra	68.089	13.014
Instrumentos Financeiros Derivativos	307.434	22.574
Vinculados ao Banco Central	-	214.458
Vinculados a Prestação de Garantias	171.447	59.183
Relações Interfinanceiras	22	1.144
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	-	65
Correspondentes	22	244
Relações Interdependências	-	835
Operações de Crédito	2.340.827	2.767.188
Setor Público	5.075	100
Setor Privado	2.491.995	3.072.369
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(156.243)	(305.281)
Outros Créditos	468.430	448.425
Créditos por avais e fianças honrados	12.022	-
Carteira de Câmbio	54.708	144.230
Rendas a Receber	2.574	1.703
Negociação e Intermediação de Valores	41.665	8.722
Diversos	376.786	330.439
Diversos	376.786	330.439
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.325)	(36.669)
Outros Valores e Bens	39.238	18.736
Outros Valores e Bens	41.794	18.233
(-) Provisões para Desvalorizações	(5.823)	(3.595)
Despesas Antecipadas	3.267	4.098

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.387.448	2.053.922
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		
Financeiros Derivativos	465.996	183.149
Carteira Própria	464.048	55.442
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	22.273
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.948	77.622
Vinculados a Prestação de Garantias	-	27.812
Operações de Crédito	447.125	610.384
Setor Público	10.000	41
Setor Privado	462.008	668.939
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.883)	(58.596)
Outros Créditos	1.469.978	1.257.745
Rendas a Receber	1.885	762
Diversos	1.471.015	1.263.810
Créditos Tributários	1.009.469	825.992
Diversos	461.546	437.818
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.922)	(6.827)
Outros Valores e Bens	4.349	2.644
Despesas Antecipadas	4.349	2.644
PERMANENTE	36.953	57.214
Investimentos	7.572	7.667
Participações em Controladas - No País	6.673	6.263
Outros Investimentos	899	1.404
Imobilizado de Uso	3.785	8.044
Outras Imobilizações de Uso	24.938	30.885
(-) Depreciação Acumulada	(21.153)	(22.841)
Diferido	420	747
Gastos de Organização e Expansão	1.224	11.516
(-) Amortização Acumulada	(804)	(10.769)
Intangível	25.176	40.756
Aquisição e Desenvolvimento de Software	17.182	17.182
(-) Amortização sobre Aquisição e Desenvolvimento de Software	(8.591)	(6.873)
Outros Ativos Intangíveis	59.457	84.354
(-) Amortização Outros Intangíveis	(42.872)	(53.907)
	6.778.942	7.002.429

PASSIVO	Fibra Prudencial	
	2015	2014
CIRCULANTE	3.923.595	3.519.480
Depósitos	1.314.589	2.154.631
Depósitos à Vista	52.097	63.638
Depósitos Interfinanceiros	223.440	17.724
Depósitos a Prazo	1.039.052	2.073.269
Captações no Mercado Aberto	167.000	52.048
Carteira Própria	67.889	35.048
Carteira de Terceiros	99.111	17.000
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.295.842	758.030
Recursos de Letras Imobiliárias	86.784	143.385
Recursos de Letras do Agronegócio	499.361	485.925
Letras Financeiras	286.889	124.761
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	422.808	3.959
Relações Interdependências	9.879	14.665
Recursos em Trânsito de Terceiros	9.401	6.731
Transferências Internas de Recursos	415	7.839
Relações com Correspondentes	63	95
Obrigações por Empréstimos	11.754	212.457
Empréstimos no Exterior	11.754	212.457
Obrigações por Repasses no País		
Instituições Oficiais	220.153	233.645
Repasses do BNDES/FINAME	8.403	19.179
Outras Instituições	211.750	214.466
Instrumentos Financeiros Derivativos	252.373	13.760
Instrumentos Financeiros Derivativos	252.373	13.760
Outras Obrigações	652.005	80.244
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	339	526
Carteira de Câmbio	1.343	2.591
Fiscais e Previdenciárias	6.652	15.826
Negociação e Intermediação de Valores	998	7.025
Dívidas Subordinadas	538.412	5.571
Diversas	104.261	48.705

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.831.752	2.477.153
Depósitos	904.044	868.809
Depósitos Interfinanceiros	5.397	73.663
Depósitos a Prazo	898.647	795.146
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	444.026	648.407
Recursos de Letras Imobiliárias	124.537	-
Recursos de Letras do Agronegócio	195.922	37.286
Letras Financeiras	123.567	248.577
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	362.544
Obrigações por Empréstimos	43.231	39.906
Empréstimos no Exterior	43.231	39.906
Obrigações por Repasses no País		
Instituições Oficiais	45.978	48.437
Repasses do BNDES/FINAME	1.798	10.310
Outras Instituições	44.180	38.127
Instrumentos Financeiros Derivativos	734	67.148
Instrumentos Financeiros Derivativos	734	67.148
Outras Obrigações	393.739	804.446
Fiscais e Previdenciárias	385.324	364.906
Dívidas Subordinadas	-	356.538
Diversas	8.415	83.002
Resultados de Exercícios Futuros	7.733	6.466
Resultados de Exercícios Futuros	7.733	6.466
Participação de Minoritários em Controladas	-	2
Participação de Minoritários em Controladas	-	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.015.862	999.328
Capital Social	2.119.888	1.864.888
De Domiciliados no País	2.119.888	1.864.888
Aumento de Capital	-	165.000
De Domiciliados no País	-	165.000
Reservas de Capital	4.325	4.830
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.502	13.712
Prejuízos acumulados	(1.112.853)	(1.049.102)
	6.778.942	7.002.429

¹ O detalhamento das informações do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial estão disponíveis na seção "Relações com Investidores", no endereço eletrônico www.bancofibra.com.br.

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial.

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do BACEN, as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto, abrangendo o Banco Fibra.

Denominação Social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários ¹	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de créditos financeiros	99,99%
Validata Meios de Pagamentos Ltda	Administradora de cartões	100,00%
Controladas não Consolidadas ³		
Fibra Corretora de Seguros Ltda ²	Administração e corretagem de seguros	99,99%

¹ Incorporada pelo Banco Fibra em 29 de agosto de 2014.

² Foi alterada a denominação social da Fibra Projetos e Consultoria Econômica Ltda. para Fibra Corretora de Seguros Ltda., em 07 de julho de 2014. Para fins do Fibra Prudencial a Companhia foi excluída de acordo com o artigo 6º da Resolução 3.701.

³ De acordo com a normatização do Consolidado Prudencial, controladas do ramo não financeiro não são consolidadas.